2 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

- a) O documento comprovativo do preenchimento das condições exigidas em qualquer das alíneas do n.º 1;
- b) Trinta exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com a indicação das obras e dos trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas;
- c) Certidão do registo de nascimento;
- d) Fotocópia simples do bilhete de identidade;
- e) Certidão do registo criminal;
- f) Atestado do delegado ou subdelegado de saúde da área de residência do interessado comprovativo de não sofrer de doença contagiosa e de possuir a robustez necessária para o exercício do cargo;
- g) Certificado passado pelo dispensário oficial antituberculoso comprovativo de ausência de tuberculose evolutiva e resultado da prova tuberculínica ou da vacinação BCG;
- h) Documento comprovativo de ter satisfeito as leis de recrutamento militar;
- i) Quaisquer outros documentos relevantes que ilustrem a sua aptidão para o exercício do lugar a prover e que o candidato entenda dever apresentar para o efeito.

2.1 — Os documentos a que aludem as alíneas c) a h) do n.º 2 podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o interessado deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

3 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, com as seguintes indicações:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Data e local de nascimento;
- d) Estado civil;
- e) Profissão;
- f) Residência e telefone.

4 — O Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas comunicará aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho de admissão ou de não admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento por parte daqueles das condições para tal estabelecidas.

5 — Após a admissão dos candidatos ao concurso, deverão estes entregar, nos 30 dias subsequentes ao da recepção do despacho de admissão, a seguinte documentação:

- a) Dois exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no seu *curriculum vitae*;
- b) Quinze exemplares, impressos ou policopiados, de um relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias da disciplina ou de uma das disciplinas do grupo a que respeita o concurso.

6 — Na primeira reunião do júri, constituído nos termos do artigo 46.º e do n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, que terá lugar nos 30 dias imediatos ao da publicação no *Diário da República* do referido júri, será analisada e discutida a admissão ou a exclusão dos candidatos.

6.1 — A ordenação dos candidatos ao concurso fundamentar-se-á não apenas no mérito científico e pedagógico expresso no *curriculum vitae* de cada um deles mas também no valor pedagógico e científico do relatório referido no n.º 2 do artigo 44.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU).

7 — De acordo com o determinado no despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

16 de Novembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *João Abreu de Faria Bilhim*.

Instituto Superior de Economia e Gestão

Aviso n.º 11 580/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro, conjugado com o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, por despacho do presidente do conselho directivo de 30 de Novembro de 2005, proferido por delegação do reitor da mesma Universidade de 25 de Agosto de 2005, pretende admitir, em regime de contrato de trabalho a termo certo, um trabalhador para o desempenho de funções no âmbito do projecto de implementação do projecto integrado de gestão da informação do Instituto Superior de Economia e Gestão.

2 — O local de trabalho situa-se nas instalações do Instituto Superior de Economia e Gestão, sediado na Rua do Quelhas, 6, 1200-781 Lisboa.

3 — Prazo de duração do contrato — terá a duração de um ano, renovável, mas a sua duração nunca poderá exceder o período de duração do projecto.

4 — Vencimento — o correspondente à remuneração mensal de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, de acordo com o sistema retributivo da função pública.

5 — Requisitos de candidatura:

- a) 11.º ano de escolaridade;
- b) Experiência profissional na área da actividade a desempenhar ou área afim, sendo condição preferencial experiência em universidades e em apoio na classificação de documentos POC-ED; apoio nos lançamentos contabilísticos — POC-ED; organização do arquivo de documentação de despesas e receitas; apoio à contabilidade ao nível informático na óptica do utilizador.

6 — Selecção — os métodos de selecção a utilizar serão:

- a) Avaliação curricular;
- b) Entrevista profissional de selecção.

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — A candidatura deverá ser formalizada através de requerimento dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Economia e Gestão e poderá ser entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para o Instituto Superior de Economia e Gestão, Rua do Quelhas, 6, 1200-781 Lisboa, devendo dele constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa;
- b) Identificação do aviso de oferta pública de emprego a que se candidata.

7.2 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade;
- c) Fotocópia da certidão de habilitações literárias;
- d) Documentos comprovativos das habilitações profissionais (cursos de formação e outros).

8 — Prazo para a apresentação das candidaturas — cinco dias a contar da data da publicação do presente aviso.

9 — Garantia de igualdade de tratamento — nos termos do despacho conjunto n.º 373/2000, declara-se que, em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *Vitor da Conceição Gonçalves*.

Instituto Superior Técnico

Aviso n.º 11 581/2005 (2.ª série). — 1 — Está aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da data da publicação do presente aviso, concurso para celebração de um contrato de trabalho a termo para o exercício de funções equiparadas às das categorias de técnico superior de 1.ª classe ou técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, da área funcional de actividades técnico-científicas ligadas ao ensino e investigação.

2 — O contrato será celebrado nos termos do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro, e reger-se-á pela lei

geral sobre contratos de trabalho a termo, não conferindo, em caso algum, ao trabalhador a qualidade de agente administrativo, e terá a duração de um ano, podendo ser eventualmente renovado por períodos de igual duração, até ao limite de três anos.

3 — Local de trabalho — Instituto de Sistemas e Robótica, pólo do Instituto Superior Técnico, Avenida de Rovisco Pais, 1, Lisboa, Portugal.

4 — Vencimento — corresponde às remunerações das categorias de técnico superior de 1.ª classe ou de 2.ª classe, sendo o escalão e respectivo índice atribuído consoante o *curriculum vitae* e experiência anterior do candidato (os escalões e índices encontram-se disponíveis no anexo ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro). A remuneração a atribuir será suportada por verbas próprias do ISR Lisboa — Laboratório Associado.

5 — Habilitações e requisitos da candidatura — os candidatos deverão ser licenciados em Engenharia Electrotécnica e de Computadores, Ciências da Computação e Informática, Ciências da Engenharia ou áreas afins adequadas ao trabalho do Instituto de Sistemas e Robótica, ISR Lisboa — Laboratório Associado, com experiência de trabalho em desenvolvimento e projecto de *hardware* e *software* com aplicação a veículos marinhos.

6 — Selecção — a selecção dos candidatos será feita através de avaliação curricular embora o júri possa, se assim o entender, proceder à entrevista dos candidatos.

7 — Critérios de selecção — a selecção será efectuada com base nos seguintes critérios:

- Experiência e currículo do candidato;
- Motivação para desenvolver actividades de apoio à investigação em Portugal em colaboração internacional;
- Potencial para aprofundar desenvolvimentos técnicos e colaborações internacionais.

8 — Apresentação de candidatura:

8.1 — A candidatura deverá ser formalizada de uma das seguintes formas:

- a) Entregue pessoalmente (ou por carta registada com aviso de recepção), ao cuidado de Ana Margarida Santos, Instituto Superior Técnico, ISR — Torre Norte, Avenida de Rovisco Pais, 1, 1049-001 Lisboa;
- b) Enviada por correio electrónico, acompanhada de toda a documentação digitalizada, para secretariado@isr.ist.utl.pt;

8.2 — Os formulários de candidatura para admissão a concurso estão disponíveis através do endereço electrónico secretariado@isr.ist.utl.pt e deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* (detalhado);
- b) Fotocópia da certidão de habilitações literárias;
- c) Carta explicativa da experiência anterior e de como essa experiência pode ser útil no contexto do trabalho a desenvolver no futuro.

9 — Em caso de dúvida, o júri poderá exigir aos candidatos documentos adicionais para além dos exigidos no n.º 8.2 deste aviso.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000 (2.ª série), de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

5 de Dezembro de 2005. — Pelo Presidente, *Custódio Peixeiro*.

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Reitoria

Despacho (extracto) n.º 26 234/2005 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Novembro de 2005 do reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, foram designados os seguintes professores para fazerem parte do júri das provas de mestrado em Cultura Portuguesa requeridas pela licenciada em Português e Inglês (ensino de) Amélia Sofia Soares da Rocha:

Presidente — Doutora Maria da Assunção Fernandes Morais Monteiro, professora catedrática da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Vogais:

Doutor Fernando Alberto Torres Moreira, professor associado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
Doutor Pedro Clementino Vilas Boas Tavares, professor auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

(Não carece de visto ou anotação do Tribunal de Contas.)

30 de Novembro de 2005. — Pelo Reitor, (*Assinatura ilegível*.)

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso n.º 11 582/2005 (2.ª série). — Por despachos das seguintes datas do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos deste Instituto, publicados em anexo ao Despacho Normativo n.º 37/2000, de 3 de Agosto:

De 29 de Julho de 2005:

João Carlos Monteiro de Macedo — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como assistente convidado além do quadro deste Instituto, em regime de tempo parcial (40 %). O contrato produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2005.

De 26 de Setembro de 2005:

João Faria Gomes — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como assistente convidado além do quadro deste Instituto, em regime de tempo parcial (40 %). O contrato produz efeitos a partir da data do despacho de autorização.

Ricardo Parreira de Azambuja Fonseca — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como professor auxiliar além do quadro deste Instituto. O contrato produz efeitos a partir de 30 de Setembro de 2005.

Pedro António Sousa Ferreira — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como assistente convidado além do quadro deste Instituto. O contrato produz efeitos a partir de 30 de Setembro de 2005.

António Maria Bustorff de Dornelas Cysneiros — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como professor auxiliar convidado além do quadro deste Instituto, em regime de tempo parcial (30 %). O contrato produz efeitos a partir de 30 de Setembro de 2005.

De acordo com o n.º 2 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, a contratação foi aprovada em reunião do conselho científico de 20 de Setembro de 2005, com base no parecer elaborado pelos Profs. Doutores Fernando Manuel Farello Lopes, José Manuel Pinto Leite Viegas e Rui Pedro Pena Pires.

De 17 de Outubro de 2005:

Rui Jorge Calado Lopes — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como professor auxiliar além do quadro deste Instituto. O contrato produz efeitos a partir de 4 de Outubro de 2005, dia imediato ao da obtenção do registo do grau, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 20 de Outubro de 2005:

Emanuel Freire Torres Gamelas — autorizada a contratação, por urgente conveniência de serviço, como professor auxiliar além do quadro deste Instituto. O contrato produz efeitos a partir de 15 de Outubro de 2005, dia imediato ao da obtenção do registo do grau, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 23 de Novembro de 2005:

Henrique Pedro Currais Monteiro — autorizada a prorrogação do contrato de assistente estagiário por um período de 180 dias, com efeitos a partir de 28 de Julho de 2005.

Luís Miguel Martins Nunes — autorizada a prorrogação do contrato de assistente, com efeitos a partir de 31 de Outubro de 2005, por ter requerido as provas de doutoramento.

Sofia Sousa Vale — autorizada a prorrogação do contrato, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 2005, por ter requerido as provas de doutoramento.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

25 de Novembro de 2005. — O Presidente, *Luís Antero Reto*.